

# A CLÍNICA COMO UMA PRÁXIS POLÍTICA

*Maria Elizabeth Mori*

Vivemos um momento no Brasil de excessos de transbordamento emocional, com posicionamentos de acirramento, polarização das diferenças, de ataques de ódio e crescimento da violência social. O País tem sob seu comando um presidente acusado de corrupção, com apoio de um Parlamento composto, na sua maioria, por deputados e senadores envolvidos em processos criminais, com a leniência do Poder Judiciário.

A psicanálise nos ensina que a ruptura com o pacto civilizatório nos leva à barbárie. Nossa lei maior, a Constituição brasileira, vem sendo brutalmente violentada por um grupo de pessoas que perderam seu lugar de soberania no poder, historicamente mantido no País, e tiveram seu projeto político derrotado nas últimas eleições. Pela incapacidade de elaboração do luto, tão fundamental nos processos depressivos, oriundos de eventos de castração, tão comum à vida humana, não se deram um tempo para cuidar de si. Ao contrário, atuaram um contra-ataque sem ética e fazem de tudo para se manter no poder.

Para Christian Dunker (2017), existem pessoas que sofrem caladas e sozinhas; outras tomam sua insatisfação como fonte de inspiração para a transformação; e há aqueles que, no desprezo por seu próprio mal-estar, dedicam-se a explorar o sofrimento alheio. Para esse autor, o Brasil vem deslocando os afetos do medo e da inveja, características da “cultura do condomínio”, para o ódio e a intolerância, constituindo assim uma nova

política para o sofrimento. Empobrece-se o modo de fazer política e, ao contrário, apela-se por mais leis, por instituições mais fortes e mais duras ou ainda por líderes desejosos pelo poder.

Até mesmo a pessoa que se diz “não se interessar pela política”, sem se dar conta, tem sua subjetividade atacada por movimentos conservadores que reivindicam, produzem e aplaudem: o controle da sexualidade, o retrocesso nas políticas públicas sociais, de educação e de saúde, o cerceamento dos diferentes modos de ocupação do próprio corpo, a censura das artes, mídias, ideias e pensamentos, uma educação sem partido (leia-se, não política), as mudanças nas leis trabalhistas, com tentativas de retorno do trabalho escravo, as perseguições e delações obtidas de maneira coercitiva, dentre outras práticas abusivas.

Tomada pela insatisfação do que se passa no país, considero-me como parte do segundo grupo apontado por Dunker. Como outros tenho me inspirado para colaborar na sua transformação fazendo eco à pergunta colocada também por ele: “Qual é a contribuição da psicanálise à política brasileira?”

Somos um grupo com uma representação social importante, uma longa formação e dedicação aos assuntos de interesses coletivos. Em tempos de ensurdecimento para a posição do outro, para o livre associar da palavra, temos o que dizer e algo a contribuir, mesmo reconhecendo as nossas diferenças no interior do campo da psicanálise.

### A POLÍTICA QUE FAZEMOS NA CLÍNICA

O termo política tem origem no grego **Politiká**, uma derivação de *Polis* que designa aquilo que é público. A política é a ciência de governar um estado ou nação em relação a determinados temas sociais e econômicos de interesse público, por meio de ações, políticas públicas, que atendam os diversos setores da sociedade civil.

Como arte de negociar na política há que se compatibilizar os diferentes interesses existentes, portanto há que seguir o princípio democrático. A palavra democracia tem origem no grego **Demokratía** que é composta por *Demos* (povo) e *Kratos* (poder). Numa democracia os cidadãos elegem os seus dirigentes por meio de eleições periódicas. É um regime de governo em que todas as importantes decisões políticas estão com o povo.

Numa política democrática há que se exercer o diálogo entre os diferentes interesses, cujos conflitos se manifestarão também pela palavra sem censura e negociada por meio desta. Nessa condição, suspende-se a violência produzida pela guerra, “um acontecimento que destrói bens preciosos da humanidade, confunde inteligências das mais lúcidas e degrada tão radicalmente o que era elevado; até a ciência perde sua desapaixonada imparcialidade” (Freud, 1915, p.200).

A psicanálise, como a política, parte do mesmo princípio – democrático - quando o conflito entre os diferentes desejos deve ser colocado em livre palavra, sem censura prévia, e tratado por elas, numa experiência de intimidade. O estabelecimento de uma relação analítica transferencial é o que nos permite pensar e intervir na nossa vida, na experiência com o outro.

Etimologicamente, a palavra clínica remete ao ato de inclinar-se sobre o leito de quem sofre. Do grego, clínica é ao mesmo tempo **Klinikós** (inclinar-se, acolher) e **Clinamem** (produzir desvios aos estancamentos da vida). A intervenção clínica procura, portanto, produzir efeitos na subjetividade, ao promover desvios, equivocando certezas e abrindo espaços para que a livre palavra manifeste os diferentes afetos, as múltiplas

vozes que constituem o psiquismo do sujeito, até então silenciadas e produtoras de sintomas. Como intérprete do inconsciente, o analista se atenta para denunciar um sistema de crenças e escolhas de uma realidade imposta, que se contrapõe e torna a vida contrariada.

Nós, psicanalistas, nos implicamos, desde Freud, com o processo de produção de subjetividades e da cultura por meio do estranhamento dos instituídos estabelecidos pelas e nas sociedades. O pensamento freudiano desde a sua criação, no fim do século XIX, deve ser considerado um acontecimento político diante dos desafios apresentados pelas manifestações históricas, um desconhecido, estrangeiro, que alguns corpos apresentavam, sem resposta adequada pela ciência instituída de seu tempo.

Ao propor a escuta da palavra na histórica, no lugar de vê-la através de seu sintoma físico claudicante, a paralisia, a realidade da lesão, Freud descentra a consciência – lugar privilegiado da razão – propondo uma outra forma de compreender a relação pensamento/realidade, impondo um novo olhar tanto à ciência quanto à cultura, um desvio, uma ruptura sobre o saber vigente da época, positivista, que privilegiava a racionalidade, segundo o modelo biomédico que, ainda hoje, entende a saúde como ausência de doença fisiológica.

Freud interveio no pensamento científico não somente nos aspectos epistemológico e ontológico, mas também metodologicamente, ao escutar a palavra das pessoas que se queixavam das dores de seus sofrimentos, não visíveis à “neutralidade do olho nu”, por se tratarem de sintomas relacionados a uma outra realidade, desconhecida, esquecida, a realidade psíquica. Associação livre imprimirá a força àquilo que se opõe, as resistências, a censura que aliena o sujeito de seu desejo. Conflitos intrapsíquicos, intersubjetivos, passíveis de surgirem na vida amorosa, familiar, no trabalho, nas instituições, na vida social, enfim, que estabelecem situações de assujeitamento, com um sentimento de impotência diante da vida.

E Freud não viveu uma vida isolado no consultório. Como “um pensador da cultura”

debruçou sobre os acontecimentos da Polis de seu tempo que atravessam a vida dos sujeitos. Apesar de ter desenvolvido a psicanálise como uma experiência laica, não se absteve de posições políticas na perseguição ao povo judeu. Conhecemos a história.

Falemos de alguns outros âmbitos de atuação clínica, além dos nossos consultórios, imbricada com a política.

**A clínica da Clínica.** Como analistas institucionais, intervimos no sofrimento coletivo produzido nas instituições. Exemplifico com uma experiência nos serviços de saúde do SUS cujos usuários adoecidos enfrentam barreiras de acesso produzidas por processos de trabalhos instituídos, gestão centralizada e burocrática, com poucos espaços de abertura ao diálogo com o diferente; já o que predomina é o corporativismo de categorias profissionais.

Esse modo de trabalhar, normatizado, paralisa os coletivos de trabalhadores, adoecendo-os. O encontro entre os diferentes sujeitos perde o sentido. O sofrimento leva-os a buscarem estratégias de sobrevivência: atuação de mecanismos de defesa de negação, projeção, atitudes persecutórias, de arrogância, de onipotência, com ataques de inveja ao novo que produz diferenças. Com isso, o que se oferece é uma clínica degradada: foco no modelo biomédico – queixa-conduta-medicação –, uma atuação reducionista de saúde, com práticas hospitalocêntrica, medicalizante e medicocentrada.

A escuta analítica realizada nas instituições objetiva apoiar trabalhadores e gestores a implementarem a democracia institucional, com a inclusão do saber de todos: um modelo de intervenção, a análise institucional, que se oferece para intervir nos analisadores (sintomas?) institucionais.

**A clínica do Testemunho.** Uma clínica do trauma. Foi uma experiência realizada a partir da Comissão Nacional da Verdade (CNV), do Ministério da Justiça, no primeiro Governo Dilma. Nesta experiência o analista saiu de uma posição “mais clássica” e dedicou-se ao trabalho de escuta grupal com pessoas que viveram o horror da ditadura de 1964, esteve diante daquilo que é difícil

colocar em palavras: o traumático relacionado ao que um ser humano pode fazer contra o outro humano.

Sabemos que o recrudescimento de posições autoritárias, ditatoriais, culminou com a perseguição, a prisão, a tortura, a morte, o exílio, o repatriamento de muitos brasileiros por outros, também brasileiros, que se colocaram num lugar do instituído da época. Os psicanalistas envolvidos neste trabalho de escuta de “reparação psíquica e construção de memórias” (SIG, 2014) nos contam que, para fazer contato com a arena onde a violência aconteceu, foi necessário emprestarem seu próprio corpo e assim poderem imaginar o que se dá nesse encontro de sujeitos quando a tortura prevalece.

**A clínica a Céu Aberto, na Rua, Extramuros.** Coletivo de psicanalistas que se oferecem num espaço da Polis para que se produza subjetividade, trabalho e vida fora da lógica do mercado. Sem hora marcada com antecedência ou pagamento na saída, rompem as muralhas do *setting* tradicional e realizam atendimentos gratuitos, semanalmente, com duração de uma hora e revezamento de analistas.

Pretende-se operar a psicanálise de maneira mais ampla na vida das cidades e das pessoas, com um redesenho do *setting*, pois quem atende não é o indivíduo do analista, mas o grupo.

**A clínica do Observatório Psicanalítico.** O OP, criado pela Febrapsi, Diretoria de Comunidade e Cultura (DCC), tem como objeto de análise os acontecimentos políticos e socioculturais do Brasil e do mundo. Psicanalistas são convidados a refletir sobre os eventos da Polis, nacional e internacional, que cotidianamente atravessam, sintomaticamente, nossas vidas. Trata-se de intervenções nos movimentos subjetivos e coletivos das cidades. Temas como os relacionados às políticas públicas de saúde, educação, preconceito, racismo, misoginia, violência, dentre tantos outros, têm sido pensados com o nosso olhar psicanalítico e tornado públicos nas redes sociais.

Desta maneira, amplia-se a escuta psicanalítica de modo a alcançar a vida produzida

pela e na cidade, afinal “o que enlouquece é o laço social”, como nos diz Catarine Koltai (Portal Psibr, 2017). Para a psicanalista, toda psicanálise é política porque sofremos dos males do nosso tempo. Neste sentido o sintoma é social e é político e não é o tipo de público atendido clinicamente pelo psicanalista que transforma a psicanálise em política.

### UM RETORNO AO CENÁRIO ATUAL

Os acontecimentos políticos no Brasil indicam uma dificuldade de se aceitarem as diferenças, suscitando desejos de amor e ódio. Pessoas da mesma família estão em lados opostos. O vizinho vira inimigo, produzido por discursos totalizantes. O antigo inimigo se torna amigo. Elimina-se aquilo que não se suporta em si, o estranho, o estrangeiro, e projeta-se no outro. O ódio, a inveja, o ressentimento predominam. Em vez do domínio da pulsão de vida, com atitudes de inclusão, reconhecimento, integração das diferenças, o que tem prevalecido é a pulsão de morte, com atitudes de banimento, segregação, exclusão, aprisionamento dos diferentes. Mata-se em defesa do que se considera o seu território. O mal intencional contra o outro e o prazer que se tem com este mal é “humano, demasiadamente humano”.

Concordo que o psicanalista em seu compromisso ético de recusa do poder no encontro analítico e em sua função social, na relação com o outro sujeito e com a sociedade que habita, coloca-se disponível para pensar sobre o que fazemos com o que segregamos. O diálogo com o diferente na Polis demanda uma atitude de análise do que é desconhecido para que novos territórios, a alteridade (do outro que está fora e daquele que nos habita) possa se expressar, afinal ela está na raiz do processo de constituição subjetiva (Tanis & Khoury, 2009).

Concluo, citando Freud (1915): “As guerras não podem acabar enquanto os povos viverem em condições tão diferentes, enquanto divergirem de tal modo no valor que atribuem à vida individual, e enquanto os ódios que os dividem representarem forças psíquicas tão intensas”. (p.211)

### ENDNOTES

\*O trabalho completo foi apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Psicanálise, em Fortaleza, em 3 de novembro, na mesa-redonda “Psicanálise, Política e Educação”.

### REFERÊNCIAS

- Dunker, C. (2017). *Reinvenção da Intimidade. Políticas de Sofrimento Cotidiano*. São Paulo: Ubu Editora.
- Freud, S. (1915/2010). Considerações atuais sobre a guerra e a morte. *Obras completas*, V. 12. Tradução de P. C. Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- Koltai, C. (2017). *Série sobre Psicanálise e Política*. Portal Psibr.
- Sigmund Freud Associação Psicanalítica (2014). *Clínicas do Testemunho: reparação psíquica e construção de memórias*. Porto Alegre: Criação Humana.
- Tanis, B. & Khouri, M. (2009). *A psicanálise nas tramas da cidade*. São Paulo: Casa do Psicólogo.



**Maria Elizabeth Mori** é membro associado da Sociedade de Psicanálise de Brasília